Dos *hominídeos* ao *homo sapiens*: as pesquisas sobre a cor da pele e a utilização de suas informações no ensino da História da África como uma alternativa à desconstrução de mitos raciais*

Márcio Paim[1]

Resumo:
Este artigo tem dois objetivos. Primeiro, analisar, através dos estudos genéticos, a evolução da cor da pele nos humanos e sua relação com as condições climáticas. O segundo consiste em perceber como os resultados produzidos pelas pesquisas sobre a cor da pele podem ser utilizados no ensino da história da África como argumentos na desconstrução de mitos raciais.
Palavras-chave: África; Evolução humana; Cor da pele.

Abstract:
This paper has two purposes. First, to examine, through genetic studies, changes in the skin color of the humans. The second one is to understand how the results produced by genetic research on skin color, assume different significance in the deconstruction of racial myths and teaching the history of Africa and afro-Brazilian culture.
Keywords: Africa; Human Evolution; Skin color.

1 – Consideração sobre a cor da pele na História

A evolução da cor da pele humana possui uma relação estreita com o significado da palavra *mito*[2]. Por quê? Historicamente, o mito parece ser tudo aquilo que carece de explicação empírico-científica[3]. Por outro lado, pensar na existência de um argumento científico durante a antiguidade para explicar o porquê que de a melanina ter se fixado como característica fenotípica nas populações africanas é refletir anacronicamente. Até o aparecimento das ciências ocidentais no século XIX, a ausência de pesquisas que pudessem explicar as modificações ocorridas na pele dos humanos, permitiu a edificação de *pseudo-teorias*[4] que relacionaram a pigmentação da pele com as noções de superioridade e inferioridade.

* Artigo submetido em 15 de Março de 2013, e aprovado em 02 de Julho de 2013.
[1] Mestre pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia – Pós-Afro. Bacharel em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.
[2] CUNHA, Antônio Geraldo Da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010, p.430.; SILVA, Kalina Vanderlei Silva; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto editora, 2010, p.293.
[3] LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo negro, 2004, p.442.
[4] GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins fontes, 1999.

A cor da pele incide em um dos atributos fenotípicos do *homo sapiens* moderno[5]. Ela apresenta-se como um dos critérios responsáveis pela identificação de indivíduos e grupos[6], e por revelar percepções que o olhar mais desatento não pode ignorar. Desde a antiguidade, até as expansões ultramarinas europeias (século XVI), a ausência de esclarecimentos científicos, contribuiu para que uma heterogeneidade de mitos e teorias colocasse as populações melanodérmicas e suas regiões de origem, no centro do imaginário depreciativo erigido acerca dessas populações[7].

Na formação do império português, (1415-1825)[8], foi decisivo o espaço ocupado pela igreja católica na consolidação de ideias e valores sobre as populações que se caracterizavam pela alta concentração de melanina. Naquela conjuntura, a justificativa foi de cunho religioso-cultural e não biológico[9]. No século XIX, o aparecimento e a utilização do conceito de raça ressignificou os argumentos religiosos, transformando-os em justificativas biológicas pseudocientíficas[10].

Até a fragilização do conceito biológico de *raça*[11], muitos conceitos, valores e ideologias foram (e ainda são) orientados pelas influências do contexto mencionado. O desenvolvimento de novos métodos e técnicas de pesquisa, bem como, o auxílio da genética a partir da década de 50 do século passado, fortaleceram pesquisa sobre a evolução do homem propondo uma releitura sobre os conhecimentos referentes à evolução da pigmentação da pele [12].

A abordagem científica, impulsionada pela descoberta do DNA e pelo estudo de suas proteínas, contribuiu para a refutação do juízo que relacionou, historicamente, as noções de superioridade e inferioridade – atribuídas ao contexto do uso da palavra *raça*

---

[5] OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo: Editora campus, 2003.
[6] POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teoria da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.
[7] MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.
[8] BOXER, Charles. R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
[9] Idem, pp. 262-286.
[10] BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.
[11] O conceito de "raça" ao qual me refiro, não diz respeito a validade do seu uso sociopolítico no contexto dos Estudos Pós-Coloniais – que é incontestável – mas sim, a refutação de argumentos que, historicamente, apoiaram-se na biologia (genética) como justificativa de homogeneização entre indivíduos e grupos, ver: BAMSHAD, Michael. J; OLSON, Steve. E. Ambiguidades que limitam a definição de raça. O conceito de raça não se sustenta se for definido como grupos geneticamente distintos, mas os pesquisadores podem usar informações genéticas para reunir pessoas em grupos com relevância terapêutica. *Scientific American*, São Paulo, nº 16, pp.68-75, março de 2010.
[12] CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

– a variedade de coloração da pele presente nos grupos humanos[13]. Pesquisas genéticas recentes sobre a evolução da cor da pele fornecem uma visão nítida sobre a fragilidade da hipótese que associou a cor da pele com as idéias de superioridade e de inferioridade[14].

Essas investigações demonstraram que a cor da pele tem estreita relação com o meio geo-climático a que os indivíduos foram condicionados durante a evolução humana·. Entender o espaço ocupado pela *pigmentação* da pele na evolução humana requer compreensão de suas funções no corpo, para que se possa entender o porquê, por exemplo, de as populações africanas possuem altas taxas de melanina se comparadas a outras populações.

2 - A pele e sua evolução: dos *hominídeos* ao *homo sapiens*

Anatomicamente, a pele está contida no sistema *tegumentar* – composto pelos cabelos, unhas, glândulas sudoríparas e sebáceas. Dentre uma variedade de utilidades, esse sistema tem como função a proteção dos tecidos, regulação da temperatura somática, reserva de nutrientes e serve como parada final a certas terminações nervoso-sensitivas[15]. Como a pele surge? Para responder a essa pergunta, é necessário retroceder ao período hominídeo - entre sete e dois milhões e quinhentos mil anos - quando a nossa linhagem divergiu dos símios e deu origem ao gênero *homo*. Durante esse longo tempo nossos ancestrais eram *hirsutos*[16], ou seja, apresentavam o corpo coberto de pêlos como os símios.

É equivocado afirmar nesse contexto, que os símios, já possuam altas taxas de melanina ou que eram animais melanodérmicos. O que é mais importante apreender desse período é: como e quando nossos ancestrais perderam os pelos e passaram a apresentar uma pele com alta concentração de melanina? Segundo os especialistas, os *hominídeos* que coexistiram e coabitaram num período compreendido entre sete e dois milhões e quinhentos mil anos, tiveram como uma de suas demandas pela

[13] JABLONSKI, Nina. *A verdade nua e crua: descobertas recentes revelam a origem da ausência de pelos nos seres humanos – e indicam que a pele nua foi fator-chave no aparecimento de outros caracteres.* Scientific American, São Paulo, nº 94, pp.32-39, março de 2010.
[14] Idem.
[15] Idem.
[16] Idem.

sobrevivência, a necessidade de manter o corpo refrigerado e o cérebro protegido dos raios solares, intensos no continente africano[17].

O posicionamento da terra em relação ao sol contribuiu para que os raios ultravioletas tivessem maior intensidade nas regiões equatoriais, as quais estão inseridas na África e o Sul da América do Sul. A *temperatura do ambiente* ocupou um espaço ímpar no processo evolutivo ao permitir que o surgimento das espécies hominídeas se desse no interior do continente, pois, o calor criou condições geoecológicas propícias à divergência cromossômica que originou o gênero *homo*[18]. É nesse contexto de adaptação aos raios solares no interior da África, que a seleção natural atuou no acréscimo de glândulas sudoríparas na superfície corpórea hominídea, reduzindo a quantidade de pelos dos ancestrais da nossa espécie[19].

Ao se tornarem desprovidos de pelos, esses indivíduos encararam a alta intensidade dos raios solares no interior da África. Essa modificação morfo-fenotípica pode, hipoteticamente, ter sua ocorrência datada em aproximadamente 1,6 milhões de anos[20]. Nesse período, a capacidade da pele de produzir melanina adquiriu importância particular. As regiões onde os pelos passaram a estar ausentes possuem células que sintetizam a melanina[21] e são denominadas de *malanócito.* Os *melanócitos* servem como reguladores que tem uma função dupla – química e física – de separar, dos raios ultravioletas, os raios prejudiciais de radiação dos quais o corpo humano precisa[22].

Ao captar os raios UV, os melanócitos reduzem sua energia eliminando os componentes químicos prejudiciais formados na pele após as "lesões" causadas pelos raios ultravioletas. Durante muitos anos, os pesquisadores acreditaram que as altas concentrações de melanina eram restrito ás populações localizadas nas regiões tropicais,

---

[17] JABLONSKI, Nina. G; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.

[18] MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

[19] JABLONSKI , Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.

[20] Idem.

[21] Idem.

[22] JABLONSKI , Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002..

além de servirem como uma proteção aos diversos tipos de câncer de pele. Após vários anos de pesquisa, descobriu-se que os portadores de uma doença (*xeroderma pigmentoum*), onde os melanócitos são destruídos, possuiam uma proporção muito além da taxa normal, de carcinomas[23].

Em 1991, anos depois de ter um importante artigo científico publicado (1978), Richard F. Branda, lançou a hipótese de que os indivíduos de pele clara, expostos durante muito tempo à radiação solar intensa, possuíam no sangue taxas muito abaixo do normal de uma substância denominada *folacina.* Esta substância é convencionalmente conhecida como: ácido fólico ou folato. Richard observou também que a exposição do sangue humano a condições semelhantes resultou numa redução de 50% da proporção da folacina em uma hora. Outra pesquisa realizada em fins dos anos 80 por Fiona Stanley e Carol Bower contribuiu com a pesquisa de Richard ao revelar que a carência/ausência de folacina em mulheres gestantes era responsável por provocar o aumento da probabilidade de anormalidades no tubo neural[24].

Essa deficiência pode vir a ocasionar uma anomalia em que as vértebras com seus arcos espinhais não se fixam ou se prendem ao cordão espinhal. Essa evidência foi fortalecida por uma variedade de pesquisas em diversas partes do planeta. A percepção da carência da folacina pelos pesquisadores serviu para incentivar a produção de alimentos com o objetivo de adicionar a *folacina* na alimentação, bem como, o de sistematizar um programa de educação para mulheres gestantes explicando a influência e a importância da *folacina* durante o período de gestação. Com o passar dos anos e a realização de pesquisas específicas, descobriu-se uma heterogeneidade de funções nas quais a *folacina* ocupa um espaço de destaque[25].

O resultado dessas análises conduziram os pesquisadores a inferir que as altas concentrações de melanina na pele (melanodermia) tiveram a função de obstruir a eliminação das reservas de folacina. Essa hipótese foi confirmada por um pesquisador argentino, após perceber que três mulheres deram a luz a recém-nascidos portadores de anomalia no tubo neural depois de terem realizado *bronzeamento artificial* por um

[23] Idem.
[24] Idem.
[25] JABLONSKI, Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.

período prolongado durante os primeiros momentos da gravidez. Ficou atestada, dessa forma, a influência dos raios ultravioletas na redução e eliminação da folacina[26].

Há de convir que as condições climáticas do continente africano no período de aproximadamente sete milhões de anos, se constituiu como um obstáculo ao aparecimento de indivíduos desprovidos de melanina, ou seja, de pessoas não-melanodérmicas. A hipótese que admitia a relação entre o clima e cor da pele, sugerida por W. Farnsworth Loomis em 1967, de forma pioneira, em estudo intitulado: *Skin-Pigment Regulation of Vitamin-D Biosynthesis in Man*[27], foi fortalecida após a introdução da genética, nos anos 50 do século XX, em auxílio às ciências humanas[28].

A pesquisa de *W. Loomis* – que percebe a relação entre o clima e a cor da pele – apresentou-se como um divisor de águas ao propor a substituição das explicações tradicionais, por uma fundamentação científica. Se os estudos iniciados nos anos 60 sobre a cor da pele deixaram pouco espaço a refutações, à medida que a genética foi sendo inserida nessas pesquisas, seus resultados permitiram inferir que desde que os primeiros *hominídeos* deixaram de ter o corpo coberto de pelos e a melanina passou a ocupar um espaço diferenciado na evolução, a sua presença em altas taxas nos indivíduos, apresentou-se como uma característica fenotípica homogênea do gênero *homo*, logo:

> *Os primeiros membros da espécie homo sapiens, ou homem moderno, evoluíram na África entre 120 mil e 100 mil anos atrás e tinham pele escura adaptada às condições de radiação UV e de calor nas proximidades do equador. Mas, à medida que os seres humanos começaram a se aventurar para fora dos trópicos, onde recebiam quantidade bem menor de radiação UV durante o ano, suas grandes concentrações de filtro solar natural provavelmente se mostraram prejudiciais*[29].

Duas observações devem ser feitas sobre esta citação. A primeira é que se deve ter como ponto de partida, se tratando de cor da pele, que desde que a espécie humana divergiu da linhagem dos símios, há aproximadamente sete milhões de anos, originou uma variedade de espécies, dentre as quais, o *homo sapiens*[30], que representa a última

---

[26] Idem.
[27] Idem.
[28] Idem.
[29] JABLONSKI , Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, p.69, novembro de 2002., p. 69.
[30] OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo: Editora campus, 2003.

etapa do processo evolutivo constatado. Partindo do pressuposto da longa duração da evolução humana, e das altíssimas temperaturas a que este processo esteve sujeito, as evidências genéticas recentes não impedem supor que as condições geo-climáticas presentes no continente africano não favoreciam o aparecimento de indivíduos desprovidos de melanina[31].

A segunda observação refere-se ao aparecimento da diversidade fenotípica entre os humanos modernos. As pesquisas que relacionam o clima com a pigmentação da pele demonstraram que à medida que o *homo sapiens* (de pele escura) migrou para povoar o planeta definitivamente, sofreu variações adaptativas que resultaram em um processo de despigmentação, ao mesmo tempo em que passaram a alcançar as regiões setentrionais de clima frio. Hoje, sabe-se que a ocupação da Europa pelo *homo sapiens* moderno foi um exemplo da influência do clima sobre as mutações genéticas que produziram as adaptações morfo-fenotípicas as quais a humanidade moderna esteve sujeita, assim:

> *Os genes levados à Europa não eram diferentes dos das populações que permaneceram no Oriente Médio e na África. Com o tempo, a frequência de certas variantes genéticas se alterou. Assim, por exemplo, os genes responsáveis pela cor da pele devem ter mudado quando os europeus se adaptaram a climas mais frios. Os europeus também desenvolveram feições características quando grupos de humanos modernos se isolam dos vizinhos*[32].

E ainda:

> *É difícil distinguir os efeitos da seleção natural dos efeitos da cultura. Uma boa analogia é o que aconteceu na Europa com os indivíduos de olhos azuis e cabelos louros. Os primeiros bebês europeus com cabelos claros, que devem ter nascido depois que os humanos modernos migraram da África para regiões em que a luz solar é menos intensa, provavelmente foram considerados muito estranhos*[33].

Além das modificações na aparência dos primeiros *sapiens* modernos, a informação que nos interessa aqui, e que tem sido útil, é a cronologia, aproximada, da ocupação dos continentes. Percebemos o quanto é recente a diferenciação (despigmentação) ao analisarmos o período em que o *sapiens* moderno ocupa a Europa. Se tomarmos como ponto de partida, o fóssil mais antigo encontrado no continente, datado de cerca de sete milhões de anos, e compará-la a data estimada da ocupação do

---

[31] JABLONSKI, Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.

[32] OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo: Editora Campus, 2003, p.184.

[33] Idem.

continente europeu, 40 mil anos[34], tem-se uma estimativa do tempo em que a humanidade conservou suas características melanodérmicas.

Cheik Anta Diop[35], pensador senegalês e um dos pioneiros defensores de um povoamento africano para as demais regiões do globo, sugeriu a cronologia de 20 mil anos para a despigmentação dos *homo sapiens* de pele escura que migraram da África em direção a Europa.

> *Parece que dentre algumas daquelas populações negras do Paleolítico Superior, que aventuram-se ao norte em direção ao Mar Báltico durante o período do calor, ocorreram mudanças biológicas definitivas, levando à aparência dos tipos brancos "alpino" e "nórdico". Em todo o caso, tanto quanto a ciência sabe hoje, antes de 20,000 AC não havia qualquer branco. Os amarelos apareceram ainda mais tarde, por volta de 10-15,000 AC. Hoje a ciência pode confiar na evidência material irrefutável para ilustrar estes fatos*[36].

Acusado por seus detratores de gobinista negro, e de tentar provar a "superioridade" da África praticando em suas pesquisas o que hoje se denomina de "racismo às avessas" algumas das hipóteses levantadas por Diop, hoje, tem sido fortalecidas por pesquisas genéticas que tem proporcionado uma revisão crítica das obras deste pensador[37]. As hipóteses erigidas por Cheikh Anta Diop a respeito da despigmentação e do aparecimento da diversidade humana hoje são apoiadas por sólidas evidências genéticas. Descobertas genéticas realizadas em 2007, a partir de experiências realizadas numa espécie de peixe denominada *paulistinha*, revelaram o gene SLC24A5. Essa evidência reposiciona o conjunto de informações disponíveis nos dias correntes sobre as mudanças na cor da pele.

---

[34] Idem, pp.181-201.

[35] Cheikh Anta Diop é considerado como a personalidade científica africana que mais marcou o século XX. Físico, matemático, químico, egiptólogo, antropólogo, linguista, sociólogo e historiador, ele foi, desde a década dos anos cinquenta, o verdadeiro percussor de uma visão histórica alternativa, solidamente ancorada na pesquisa objetiva. No calor da ideologia racial que predominava na academia ocidental da época, sua primeira tese de doutoramento, sobre o Egito faraônico, foi recusada por uma banca de eminentes egiptólogos franceses. Esse trabalho percussor se converteu na sua mais célebre obra, *Nações negras e cultura*, livro seminal que de um golpe reverteu a projeção anticientífica dos estudos africanistas que dominaram os séculos XVIII, XIX e a maior parte do século XX. Mundialmente célebres, mas ainda desconhecidas na América Latina, as obras de Diop provocaram um amplo debate que culminou na elaboração subsequente, com sua participação, de uma história geral descolonizada do continente africano, sob a coordenação da UNESCO. Diop morreu de um infarto, aos 62 anos, em 1986, deixando um rico acervo de obras essenciais incontornáveis. Para mais informações sobre esse pensador, ver: FINCH III, Charles.S. *Cheik Anta Diop confirmado*. I.n. de NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: selo negro, 2009, pp.71-93.

[36] DIOP, Cheik Anta. *Interview with Cheikh Anta Diop* (entrevista concebida a Carlos Moore e Shawna Madlangbayan). Black books bulletin, Chicago, Winter Issue, 1976, vol.4, nº4.

[37] KEITA, Boubakar Namory. *Cheikh Anta Diop: contribuição endógena para escrita da historiografia do continente.* Luanda: Editorial Nzila, 2008.

Segundo pesquisadores, esse peixe foi escolhido para observação por possuir uma variedade de genes similares aos genes humanos, dentre estes estão as células de pigmento que contêm minúsculos grãos que são denominados como *melanosomas*[38]. Parte considerável das populações humanas possuem as mesmas bases (SLC24A5) de genes identificadas nessa espécie de peixe. Com essa descoberta, os pesquisadores acreditam ter dado um passo significativo para o entendimento sobre a evolução da cor da pele e o fenômeno da diferenciação fenotípica que abriu espaço ao aparecimento das populações desprovidas de melanina, assim:

> *O mais interessante é a revelação feita pelos geneticistas envolvidos nessas investigações de que o fenômeno da diferenciação racial que deu lugar as populações leucodérmicas (brancos e amarelos), se situa num período recente que varia entre 6 e 12 mil anos atrás*[39].

O que é importante ser percebido nesta citação, é que a cronologia sugerida para a diferenciação fenotípica (despigmentação) é compatível (e está inserida) na cronologia sugerida por Cheikh Anta Diop – 20 mil anos antes de cristo. Diop também supôs que o aparecimento dos amarelos ou sino-nipônicos-mongóis (chineses, japoneses e mongóis) foi uma resposta adaptativa dos *sapiens* modernos que migraram da África em direção ao clima gélido do norte da Ásia[40]. Mais uma vez, avançadíssimos métodos e técnicas de pesquisas, baseados na interdisciplinaridade e no auxílio da genética, revelam o quanto Diop estava à frente do seu tempo ao relacionar o aparecimento e as transformações fenotípicas com as condições geoclimáticas.

É imprescindível destacar que, no contexto em que Diop fez esta inferência, ele se apropriou dos procedimentos e técnicas de análise rudimentares disponíveis naquele momento, já que, a genética e a biologia molecular estavam em seus estágios iniciais.

Portanto, a despigmentação foi pré-condição para a diferenciação dos grupos *sapiens* melanodérmicos nas regiões mais frias. Por se tratar de hipóteses, os debates sobre a exatidão cronológica dessas modificações, parecem ser inesgotáveis. É importante destacar que, pensar a despigmentação como um processo uniforme e homogêneo é equivocado. Os grupos de *sapiens* modernos não perderam suas

---

[38] JABLONSKI, Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.

[39] MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007, p.48.

[40] OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo: Editora Campus, 2003, pp.145-178.

capacidades de concentrar a melanina na pele ao mesmo tempo, portanto, a humanidade moderna não deixou de ser melanodérmica – de possuir a pele escura - da noite para o dia.

Segundo pesquisas genéticas recentes[41], a despigmentação dentre os grupos de *sapiens* moderno que migraram do leste da África, foi produto de um processo seletivo e restrito de transformações fenotípicas gradativas e cumulativas. Partindo desse pressuposto, supõe-se que o período para essa despigmentação pode está compreendido entre seis e doze mil anos[42]. Essa hipótese foi mais fortalecida em 2007, quando pesquisadores identificaram o gene SLC24A5 que pode está associado à variabilidade da tonalidade da pele nos humanos[43]. Desse modo, caso a datação proposta para o início da variação da cor da pele esteja correta, fica evidente a longa duração cronológica em que o fenótipo melanodérmico apresentou-se como uma característica inerente à evolução humana.

3 - A importância da abordagem científica sobre a cor da pele para o ensino de história da África

3.1 – O ensino de História: antecedentes

Desde que a história se tornou uma disciplina acadêmica, até a primeira metade do século XX, aproximadamente, o seu ensino esteve estreitamente vinculado à concepção histórica positivista[44]. A formação em história baseou-se sob a orientação epistemológica eurocêntrica e linear, embasada em datas e acontecimentos políticos que eram norteados por uma sequência cronológica ocidental. Esta maneira unidimensional, caracterizada por uma análise dos períodos históricos como entidades uniformes – história antiga, média, moderna e contemporânea – deve ser individualizada como elemento marcante do seu contexto histórico[45]. Desse modo, no decorrer do século XX, o ensino de história incidirá em transformações substanciais.

A conjuntura política do pós-guerra (1945) criou condições para transformações sócio-políticas que foram sentidas no interior das instituições de ensino superior na

---

[41] Idem.
[42] MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007, p.48.
[43] Sobre essa informação ver: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/story/2005/12/051216_peixepelepesquisafn.shtml.
[44] BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.
[45] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus editora, 2003.

Europa. Essas mudanças foram refletidas na abordagem de variadas disciplinas acadêmicas. Tais modificações tiveram uma dimensão não presenciada até os dias correntes, desde a diferenciação do *gênero homo*[46]. No plano político, a seara que envolvia as disputas ideológicas entre o socialismo, representadas pela União Soviética (URSS) de um lado, e a ideologia individualista-capitalista liderada pelos Estados Unidos (USA) de outro, ameaçaram em diversos momentos a estabilidade mundial.

Na economia, a recuperação da Europa abriu espaço não apenas à recuperação da estrutura física - destruída devido aos anos de batalha - mas também um período no qual desenvolvimento econômico que atingiu números e cifras até então jamais vistos, desde a consolidação da revolução industrial[47]. No contexto científico-social, a biologização do conceito de raça tentou justificar as diferenças culturais dos grupos humanos servindo como argumento justificador das ideias de superioridade e inferioridade[48].

Entre o término dos anos quarenta do século vinte, e início dos anos setenta esse contexto de mudanças pôde testemunhar a elevação do nível de vida da população mundial de maneira incomensurável. Nessa conjuntura, na França, a direção da revista *Annales* é assumida por Fernand Braudel[49], que pontua a segunda geração de membros desse periódico, desde a sua fundação por Marc Bloch e Lucien Febvre entre as décadas de 20 e 30 do século passado[50].

A revista dos *Annales* surgiu no início do século XX como um instrumento de arregimentação dos intelectuais, pensadores e ideias que se posicionavam contra a abordagem positivista utilizada na história. A exceção pode ser considerada a característica mais marcante dessa abordagem. No enfoque positivista, a eliminação dos sujeitos, ações e lutas sociais são aspectos metodológicos que não devem ser secundarizados. A ausência de uma "problematização histórica" contribuiu para que a abordagem positivista ocupasse o lugar de narrativa. É contra as falhas metodológicas

[46] OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo. Campus Editora, 2003.
[47] HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
[48] GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
[49] LOPES, Marcos Antônio. *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
[50] Para uma consulta sobre a trajetória da *Revista Annales*, precisamente, sobre a fase anterior aos anos quarenta do século passado, ver: BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.

dessa abordagem que a revista *Annales* inovou em relação ao enfoque positivista, ao inserir uma "problematização" juntamente com a análise social[51].

O diálogo da história com variadas disciplinas (interdisciplinaridade) e o recorte temporal podem ser destacados como contribuições introduzidas pelos pensadores da revista *Annale*s para edificação de uma abordagem histórica diferenciada. Tais inovações, concebidas a partir da introdução de outras bases epistemológicas, foram responsáveis por uma ampliação e diversificação de temas na pesquisa em história, bem como, na variabilidade de abordagens. A economia, a psicologia, a demografia e a sociologia foram caminhos de conhecimento que deram uma contribuição considerável para a ampliação da análise histórica[52].

Embora essa ampliação não possa ser desconsiderada, ela não pode ser comparada com as mudanças historiográficas protagonizadas nos anos 70 do século passado a partir do advento da história cultural[53]. A história cultural está estreitamente associada à terceira fase da revista *Annales*, marcada pela direção de Jacques Le Goff[54]. Sob sua administração, a revista empregou enfoque aos campos das mentalidades o do imaginário social. Com a análise social transcendendo para o campo das subjetividades, uma heterogeneidade de temas, abordagens e metodologias passarão a solicitar a atenção mais aguçada dos pesquisadores no campo da história.

A terceira fase dos *annales*, que corresponde ao período do advento da história cultural, portanto, deve ser explicada como um dos períodos de maior produtividade, diversidade temáticas e metodológicas no campo historiográfico. O surgimento de variados campos de pesquisas voltados ao estudo dos aspectos do campo social, tais como: pós-colonialismo e feminismo, a história antropológica, representações, práticas, cultura e oralidade, são exemplos da riqueza historiográfica do contexto referido[55]. Por sua vez, a inserção dessa variedade de temas e abordagens no campo da história, no Brasil, imperou por uma reelaboração epistemológica, de práticas docentes e dos conteúdos no ensino da história.

---

[51]BLOCH, Marc. *Apologia a história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.
[52] BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.
[53] BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.
[54] LE GOFF, *Jacques. Uma vida para história: conversações com Marc Heurgson.* São Paulo: UNESP editora, 2007; BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.
[55] BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

3.2 – O ensino de história no Brasil

Até a década de 80 do século passado, a historiografia brasileira não havia experimentado a influência das modificações teórico-metodológicas que a revista *Annales* promovia em nível mundial. Segundo Selva Fonseca, desde o século passado – destacando o período da ditadura militar – o ensino de história esteve amalgamado a uma concepção eurocêntrica e positivista da história[56]. As transformações no contexto sócio-político do Brasil, geradas com a fragilização do regime militar e pelo início do movimento de redemocratização[57], favoreceram à revisão e reelaboração dos conhecimentos históricos.

A abertura política do país deu origem a debates sobre a reformulação dos parâmetros curriculares norteados pela história positivista. A conjuntura política, em que a disciplina história estava inserida – foi acompanhada por uma tardia, porém ampla, revisão da produção historiográfica, se comparadas às mudanças historiográficas oriundas na França a partir da revista *annales*. Cabe destacar que a década de 80 do século XX – período em que os reflexos das mudanças epistemológicas e historiográficas protagonizadas pelos *annales* foram sentidos no país - deve ser entendida como a década onde foram mais intensas as críticas ao funcionamento das estruturas mantidas pelo regime militar[58].

É nesse ambiente de críticas e questionamentos que passarão a surgir, no ensino de história, propostas, com o objetivo de substituir a epistemologia positivista. Entre as décadas de 80 e 90 do século passado, uma série de modificações teve como demanda a mudança dos objetivos da disciplina história, que passou a enfocar a preparação dos cidadãos para o exercício dos atributos requeridos por uma sociedade democrática. É imprescindível mencionar que antes das duas décadas que precederam o fim do século XX (os anos 60 no Brasil) a transição do ensino elitista para um ensino universal deu origem e aprofundou o abismo das performances escolares entre alunos provindos de heterogêneas classes sociais.

Tais desigualdades foram responsáveis por criar condições à abertura de um novo campo de estudos (na Inglaterra, sobretudo) o qual se propôs a investigar as teias

[56] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus editora, 2003.
[57] SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
[58] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus editora, 2003.

existentes nas relações entre escola, cultura e classe[59]. Partindo do pressuposto de que uma das finalidades da escola é proporcionar o acesso dos homens à cultura, uma das questões, dentre as várias suscitadas pelos pesquisadores, diz respeito, a saber, quais os conhecimentos apropriados para o ensino de história que se destina ao alcance de indivíduos pertencentes a múltiplas classes sociais?

Que aspectos culturais devem ser introduzidos em sua abordagem? Como realizar a escolha de elementos e aspectos identificadores da diversidade das classes sociais e de suas respectivas interpretações de mundo? O que é importante ser enfocado na cultura comum? Que práticas e conteúdos a escola deve optar no sentido de acolher ou representar as minorias culturais presentes no interior do seu espaço físico? Uma das respostas dada a essas questões foi sugerida pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)[60] que estabeleceu quais seriam os conhecimentos culturais e históricos prioritários a serem transmitidos para os discentes. Desse modo, a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997 foi uma estratégia para ampliar os limites que a LDB não pôde transpor[61].

3.3 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais, a história da África e o ensino de história.

Como uma diretriz da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Ministério da Educação (MEC) em 1997 - no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) – estabeleceu quais conhecimentos da história, cultura e memória da história do Brasil deviam ser ensinados a diversidade de discentes inseridos na heterogeneidade do espaço escolar. A preocupação pelo reconhecimento da diversidade cultural existente no país e sua admissão nos currículos escolares, apresentou-se como a particularidade marcante desse documento. Temas como: gênero, orientação sexual, raça, as questões sobre meio ambiente entre outras, passaram a ser introduzidos nos currículos escolares como uma maneira de valorizar os diferenciados contextos sociais em que os alunos estavam inseridos. Desse modo, a proposta de adoção da transversalidade[62] como uma estratégia pedagógica prática, é recente.

---

[59] Idem, pp.29-38.
[60] DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. São Paulo: Papirus editora, 1997
[61] Idem.
[62] NETO, João Alves de Freitas. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto editora, 2010, pp.57-75.

No Brasil, após um compêndio que reuniu os maiores especialistas de variadas áreas do conhecimento foram eleitos cinco temas transversais para serem introduzidos nos currículos escolares, sendo eles: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e meio ambiente. Na interpretação desses especialistas, tais conteúdos são os mais recorrentes no cotidiano dos brasileiros devendo ser referendados nas práticas docentes. Há que se destacar que as diferenças e particularidades regionais não foram ignoradas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs[63].

Entre os eixos temáticos mencionados, o eixo da pluralidade cultural, é o que melhor serve para explicar a relação entre a importância dos estudos científicos sobre a evolução humana e o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, precisamente, a partir das possibilidades abertas pela conjuntura política oriunda da conferência de Durban (2001)[64] e pelo decreto 4.228/02[65] que instituiu os alicerces para o estabelecimento do Programa Nacional de Políticas Públicas de Ação Afirmativa. Considerando a presença de três matrizes culturais distintas no território nacional – europeia indígena e africana – a pluralidade cultural, produto da transversalidade, impera por um conhecimento diferenciado do seu sujeito.

Nesse sentido, o conhecimento da história da África e da cultura afro-brasileira atende a um dos pré-requisitos, a pluriculturalidade, exigida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Após a introdução dos PCNs, o decreto nº 4228 de 13 de maio de 2002[66], apresentou-se como uma estratégia de valorização da diversidade cultural enfatizando a história do continente africano. A conferência de Durban contra a xenofobia e o racismo, realizada em 2001 na África do Sul, somada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e ao Programa de políticas públicas de Ações Afirmativas (2002) criaram condições para que as relações raciais adquirissem relevância inédita na agenda política nacional. Em 2003, a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileiras, fixadas pela lei 10.639/03 suplementou a disposição governamental de investir no reconhecimento e na valorização da cultura africana e diaspórica.

---

[63] FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus editora, 2003, pp.29-38.
[64] ALVES, J.A, Lindgren. *A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a09v45n2.pdf.
[65] Ver: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm
[66] Idem.

3.4 – A lei 10.639/03, os obstáculos e alternativas à sua implementação: a importância dos conhecimentos científicos sobre a evolução humana para ensino de história da África.

3.4.1 – Os obstáculos:

A obrigatoriedade do ensino da história da África pode ser apresentada como uma evidência da disposição (inédita) do governo de confrontar as desigualdades raciais. Sua implementação se defronta ao menos com três obstáculos. O primeiro diz respeito ao aspecto metodológico. Como abordar a história da África e de suas culturas em um país onde a história do continente africano jamais esteve presente nos parâmetros da educação nacional?

O segundo obstáculo está relacionado ao aspecto temporal-cronológico. Considerando que a África é o berço da humanidade, qual a cronologia adequada para ser usada como marco referencial teórico para os estudos africanos? O terceiro obstáculo está relacionado aos conteúdos e os referenciais bibliográficos. Considerando a ausência da história da África nos currículos escolares, e o estímulo dado aos estudos africanos com a institucionalização da lei 10.639/03, quais os autores que devem ser utilizados na difusão dos conhecimentos sobre a África? Quais eixos temáticos serão priorizados para sua abordagem?

3.4.2 – A proposta

Mencionamos três dos obstáculos centrais à implementação da obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira. Tais empecilhos devem ser procedidos por alternativas que possam direcionar e redefinir o ensino da história da África, logo, a história africana deve ser investigada a partir de suas próprias estruturas, observando-se as relações sociais intra-africanas e as relações das sociedades africanas com o mundo externo[67]. Desse modo, um enfoque não linear permitirá acompanhar os percursos das diversas populações e culturas africanas entendendo suas influências nas sociedades e acontecimentos mundiais[68].

As temporalidades e as cronologias no ensino da história da África devem ser cautelosas. Desse modo os enfoques em torno do ensino das diversas Áfricas carecem abordagens diferenciadas. A confirmação da hipótese de que a África é o berço da

[67] MOORE, Carlos. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03.* Brasília, 2005, pp. 133-166, Secretaria de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.
[68] Idem.

humanidade possui uma importância que deve ser destacada, pois, ocupa um espaço considerável na reestruturação dos currículos escolares e na construção dos conhecimentos que devem ser abordados no ensino da história.

A partir do reconhecimento da diversidade cultural nos parâmetros Curriculares Nacionais e da inserção das relações raciais na agenda política brasileira, a hipótese de a África ter dado origem á espécie humana assume uma importância diferenciada. A elaboração do programa de Políticas Públicas de Ações Afirmativas (2002) e a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, institucionalizado na lei 10.639 (2003), construíram o contexto favorável a uma revisão e atualização das bases epistemológicas dos conhecimentos produzidos pela pesquisa e o ensino da história da África.

Criaram-se condições para reflexão sobre uma abordagem alternativa que pudesse levar os limites cronológicos da história do continente africano além dos limites tradicionais que utilizam o século XVI como ponto de partida para abordagem histórica. É nesse sentido que o fato da África ter sido o berço da humanidade se destaca. Os indícios acerca da evolução humana dão conta de que seus povos autóctones deram origem às demais populações do planeta. O continente africano desfruta a exclusividade de ser a única região onde é possível, a partir dos indícios fósseis, datar sequenciadamente o processo de surgimento e evolução da espécie humana[69].

As evidências produzidas pela pesquisa sobre a evolução do homem indicam que tanto a humanidade arcaica (*australopithecus*, *erectus* etc.) quanto a humanidade moderna (*sapiens*, *Neandertal*) originaram-se no leste africano, vindo a se expandir, posteriormente, para outras regiões dentro e fora do continente. Não há duvidas, de que a história da África está amalgamada pela história da humanidade e que, é uma tarefa árdua, investigar a existência dos limites demarcatórios entre ambas. HAcada novo indício trazido à luz pelas pesquisas paleontropológicas e paleontológicas - auxiliadas pela genética - questionam-se antigos sistemas teóricos que por séculos silenciaram a anterioridade da África no processo evolutivo.

3.4.3 - A importância das evidências científicas e sua relação com ensino da história da África

[69] Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, pp. 133-166, Secretaria de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.

Os conhecimentos produzidos pelas evidências científicas – obtidas com o auxílio da genética e da biologia molecular - devem ser aproveitados como instrumento de inserção da origem a da evolução da espécie humana nos currículos escolares como uma possibilidade de implementar a obrigatoriedade do ensino da história da África. Ao propor uma alternativa sobre a questão do marco cronológico para história da África, deve-se considerar uma proposta que fuja às abordagens que tomam o século XVI como ponto de partida, sendo que a mesma leve em consideração um marco temporal onde a origem do homem seja considerada.

Ao optar por uma abordagem que enfatize a origem do homem na África, tem-se a possibilidade concreta de transpor a cronologia tradicional que insiste em abordar a história da África como produto do contexto do século XVI. Ao enfatizar a evolução do homem como referência epistemológica e curricular permite-se o acesso a conhecimentos e informações de períodos históricos – Pré-História e Antiguidade – até então desconhecidos. Estes conhecimentos adquirem uma importância ímpar se analisados sob a ótica de uma crítica sobre os conhecimentos da história africana no Brasil. Desse modo, cabe destacar a relevância desses saberes para a desconstrução de mitos raciais erigidos historicamente.

É exatamente neste espaço que se insere a importância dos conhecimentos científicos, precisamente aqueles conhecimentos e informações obtidos a partir do desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisas avançados, como é o caso da genética e da biologia molecular. A opção por uma compreensão da longa duração da história da África impera a introdução em um campo de investigação (a evolução humana) onde as pesquisas estão entre as mais avançadas. O auxílio da genética à disciplinas como antropologia, paleontologia, arqueologia tem fornecido uma contribuição significativa para a reformulação e atualização dos conhecimentos sobre as origens humanas. Ao optar por essa abordagem científica da história africana, evidencia-se o esforço de "descarregar" a narrativa histórica do continente africano dos mitos raciais que operaram historicamente em detrimento das suas culturas.

Ao propor uma análise científica sobre a origem e a evolução da cor da pele, procurando compreender as relações existentes entre a quantidade de melanina presente nas populações africanas e os fatores climático-ambientais que a definem, constrói-se uma explicação concisa (científica e não histórico-cultural) que pode ser útil em um contexto – como o surgido a partir da lei 10.639/03 - que estimula a produção de novos

conhecimentos sobre a História África e a Cultura Afro-Brasileira. Durante longo período, a ausência de informações e evidências científicas que pudessem explicar a origem da cor da pele contribuiu para que uma variedade de mitos raciais pudesse ser consolidada. Uma característica marcante e presente nas estereotipizações do fenótipo melanodérmico, é sua associação com as noções de superioridade e inferioridade.

O avanço e o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de pesquisa dentre as quais a genética e a biologia molecular estão inseridos) em auxílio com as ciências humanas – antropologia, arqueologia e paleontologia - tem contribuído com um número cada vez maior de informações, assim como, tem servido para preencher lacunas sobre a evolução das características fenotípicas dos humanos, as quais a cor da pele, é um dos principais atributos. A socialização de descobertas como o gene SLC24A5 e sua interação com as ciências humanas, precisamente, a paleontologia e a antropologia, ajudam a construir sólidos argumentos que, no contexto de revisão e produção de conhecimentos sobre a História da África e da Cultura Afro-brasileira, abertos pela lei 10.639/03, servem a desconstrução de mitos raciais historicamente erigidos.

A reprodução e a associação do fenótipo melanodermico (presente nas populações africanas) com as noções de inferioridade é um dos exemplos dos mitos raciais mencionados. O entendimento científico (e não cultural ou histórico) dos fatores climático-evolutivo são responsáveis por definir a cor da pele em certas latitudes dos trópicos, assim como, a compreensão científica do aumento do cérebro humano e suas implicações na reprodução da inteligência humana, são alguns dos debates elaborados a partir de um *olhar científico* que pode ser introduzidos como uma estratégia na implementação da obrigatoriedade do ensino da História da África, bem como, na produção de novos conhecimentos e na desconstrução de mitos raciais. Desse modo, refuta-se a associação histórica que insiste em associar o fenótipo melanodérmico com as ideia de inferioridade.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi o de refletir como uma abordagem científica sobre a história da África pode ser útil na desconstrução dos mitos raciológicos que, historicamente, operaram sobre as culturas do continente. As possibilidades de reformulação das bases epistemológicas dos estudos africanos no Brasil, abertas pela promulgação da lei 10.639/03, favorecem a inserção de conhecimentos até então desconhecidos do público brasileiro. A pré-história africana (surgimento e evolução da

espécie humana) e história da África antiga (África-pré-colonial) são exemplos dos conhecimentos que são relevantes para a construção de um novo referencial epistemológico para abordagem da história da África. A inserção desses conhecimentos nos currículos escolares força os profissionais da educação a adentrarem um dos espaços, onde a pesquisa científica utiliza-se dos métodos e das técnicas mais desenvolvidas de investigação, principalmente, depois de levar em conta o fortalecimento e a inserção da genética ao campo de estudos sobre a evolução humana. Ao priorizar a abordagem da história da África sob uma perspectiva científica, reduz-se o espaço de atuação dos mitos raciológicos nas narrativas referentes ao continente africano. O estudo sobre a evolução da cor da pele nos humanos é um exemplo de como a ampliação dos limites cronológicos da história, seguida por uma narrativa científica, podem ser úteis na fragilização da hipótese que relacionou, historicamente, as noções de superioridade e inferioridade com a pigmentação da pele, ou seja, os mitos raciológicos. Ao nos apropriarmos dos conhecimentos lançados pela genética, antropobiologia ou pela biologia molecular para descobrir que a cor da pele está relacionada mais com o ambiente geo-climático dos indivíduos do que com qualquer noção de superioridade ou inferioridade, usamos a "ciência" como um veículo de desconstrução ou reelaboração epistemológica. Dota-se de um nível de embasamento teórico sem precedentes na trajetória do campo de estudos africanos e consequentemente no ensino da história da África e da cultura afro-brasileira.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.A, Lindgren. *A conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos.* Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a09v45n2.pdf.

BAMSHAD, Michael. J; OLSON, Steve. E. Ambiguidades que limitam a definição de raça. *Scientific American*, São Paulo, nº 16, pp.68-75, março de 2010.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLOCH, Marc. *Apologia a história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

BOXER, Charles. R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

BURKE, Peter. *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. *Genes, povos e línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Antônio Geraldo Da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. São Paulo: Papirus editora, 1997.

DIOP, Cheik Anta. *Interview with Cheikh Anta Diop* (entrevista concebida a Carlos Moore e Shawna Madlangbayan). Black books bulletin, Chicago, Winter Issue, 1976, vol.4, nº4.
FINCH III, Charles. S. *Cheik Anta Diop confirmado*. I.N. de NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: selo negro, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. São Paulo: Papirus editora, 2003.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins fontes, 1999.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
JABLONSKI, Nina. G.; CHAPLIN, George. *Todas as cores da pele: no mundo inteiro, a cor da pele humana evoluiu para ser escura a ponto de evitar que a luz do sol destrua o nutriente folacina, e clara o bastante para possibilitar a produção de vitamina D.* Scientific American, São Paulo, nº 6, pp.64-71, novembro de 2002.
_____. *A verdade nua e crua: descobertas recentes revelam a origem da ausência de pelos nos seres humanos – e indicam que a pele nua foi fator-chave no aparecimento de outros caracteres.* Scientific American, São Paulo, nº 94, pp.32-39, março de 2010.
LE GOFF, *Jacques. Uma vida para história: conversações com Marc Heurgson.* São Paulo: UNESP editora, 2007.
LOPES, Marcos Antônio. *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
KEITA, Boubakar Namory. *Cheikh Anta Diop: contribuição endógena para escrita da historiografia do continente.* Luanda: Editorial Nzila, 2008.
LOOMIS, W. Farnsworth. Skin-Pigment regulation of vitamin-D biosynthesis in man. Variation in solar ultraviolet at different latitudes may have caused differentiation in man. *Science*, 1967, v.157, nº 3788, pp.501-506.
LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: selo negro, 2004.
OLSON, Steve. *A história da humanidade: desvendando 150 mil anos da nossa trajetória através dos genes.* São Paulo: Editora Campus, 2003.
MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história.* Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.
_____. Novas bases para o ensino da História da África no Brasil. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03.* Brasília, 2005, pp. 133-166, Secretaria de educação continuada e diversidade - SECAD, 2005.
NETO, João Alves de Freitas. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto editora, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teoria da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.
SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
SILVA, Kalina Vanderlei Silva; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto editora, 2010.